



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Ocupações das escolas a partir da luta por reconhecimento

Lucca Amaral Tori¹

Resumo

Axel Honneth (2003) trabalha com a noção de luta por reconhecimento como base para o entendimento dos conflitos sociais. Nesse sentido, o autor coloca que somente a partir de um sentimento de ofensa pessoal uma pessoa poderá chegar à consciência de alguma injustiça e terá motivação para uma ação concreta (podendo ser compartilhada) e assim de fato partir para uma luta por reconhecimento. A partir de tal noção foi avaliado o movimento de ocupações de escolas, com base no referencial teórico específico sobre tal movimento, ocorrido no estado de São Paulo em 2015, iniciado com a indignação individual dos estudantes e transformada em coletiva obtendo assim importantes resultados. E percebeu-se que todo o processo de tal luta social foi construída de forma muito próxima à luta por reconhecimento descrita por Honneth (2003).

Palavras-chave

Ocupações; Luta por reconhecimento; movimentos sociais; educação.

Recebido em: 17/02/2022
Aprovado em: 07/07/2022

¹ Bacharel em Ciências & Humanidades e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC), é mestre pelo curso “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades” pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e atualmente é residente em gestão pública na Prefeitura Municipal de São Paulo. E-mail: lucca.tori@gmail.com

School Occupations Based on the Struggle For Recognition

Abstract

Axel Honneth (2003) works with the notion of struggle for recognition as a basis for understanding social conflicts. In a very summarized way, Honneth (2003) states that only from a feeling of personal offense can a person come to the awareness of some injustice and thus have motivation for a more concrete action (shared with others) and thus acting for a real struggle for recognition. Based on this, the movement of school occupations that took place in the state of São Paulo in 2015, focusing on the specific theoretical framework about this movement, starting with the individual indignation of students but transformed into a collective one - obtaining important results, will be evaluated. And it was noticed that the whole process of such a social struggle was built very closely to the struggle for recognition described by Honneth (2003).

Keywords

Occupations; struggle for recognition; social movements; education.

Ocupações das escolas a partir da luta por reconhecimento

Introdução

Em tempos atuais, é possível observar que muitas correntes de pensamento da política contemporânea giram em torno da necessidade ou até mesmo de uma exigência de reconhecimento (Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimentos LGBTQA+, etc.). Essa acaba sendo a força propulsora de muitos movimentos políticos, tanto de movimentos nacionalistas quanto de grupos minoritários ou ditos “subalternos”² como algumas correntes do feminismo ou de grupos étnicos, como afirma Charles Taylor (1998). A noção de luta social trabalhada por Axel Honneth (2003), como outras, não abandona completamente a importância do trabalho na sociedade contemporânea – noção essa bastante hegemônica nas análises sociais até então -, mas que também considera as diferentes lutas culturais, identitárias e de maior diversidade como as colocadas por Taylor (1998). Mais especificamente, Honneth (2003) trabalha com essa noção de luta por reconhecimento como base para o entendimento dos conflitos sociais.

Partindo desse pressuposto, será a partir de questões subjetivas de cada pessoa individualmente, compartilhadas com os outros, que surgirão as lutas sociais. De forma bastante resumida, *Ibidem* (2003) coloca que somente a partir de um sentimento de ofensa pessoal uma pessoa poderá chegar a consciência de alguma injustiça e assim terá motivação para uma ação concreta (compartilhada com outros de pensamentos semelhantes) e assim partir para, de fato, uma luta por reconhecimento.

De forma mais concreta, *Ibidem* (2003) coloca que a reputação social dos sujeitos é medida por suas realizações individuais que acaba por ser apresentada socialmente no quadro de suas formas particulares de auto-realização. Resumidamente, o sentimento de seu próprio valor será o de “auto-

² Para Gayatri Spivak (2010) a subalternidade tem relação com a representação de um sujeito fora da realidade ocidental a partir da perspectiva ocidentalizada, ou seja, a partir de um ponto de vista único envolvido com preconceitos e relações de poder. Mas para, além disso, a relação de subalternidade é também flexível e dependente do contexto, podendo existir de forma distinta entre sujeitos “subalternizados”, criando outras formas de subalternidade em suas relações (SPIVAK, 2010). Portanto, não se trata de uma realidade fixa e independente. De forma geral, são aqueles sujeitos que não podem representar a si mesmos e por isso não são considerados membros plenos dentro do aspecto social dominante (SPIVAK, 2010).

estima”, “autoconfiança” e “auto-respeito”. Assim, no momento em que todos os membros de uma sociedade conseguirem se colocar em condições de estimar a si próprios dessa forma, poderá se falar de um “estado pós-tradicional de solidariedade social” (*Ibidem*, 2003). Nessa perspectiva surge uma real luta solidária e coletiva, pois a ideia é não só ter a tolerância em relação ao outro, mas também ter o interesse afetivo a este, completa Honneth (2003). O autor inclusive evidencia que todo movimento social pode ser reinterpretado a partir da luta por reconhecimento.

A perspectiva moral de luta social aparece na noção de luta por reconhecimento de Axel Honneth (2003) pois as pessoas irão se movimentar a partir dessa noção de injustiça ou indignação, e que virá da própria moral individual que será compartilhada e reforçada pelos outros. Essa perspectiva é aprofundada com os estudos feitos na área de psicologia de Mead e da filosofia de Hegel, para as quais o autor (2003) dará centralidade. De forma geral, a pessoa irá se sentir violada ou desrespeitada moralmente quando não for reconhecida, e essa dinâmica moral é transpassada para os conflitos sociais que serão lutas morais compartilhadas, ou seja, a partir do sentimento de pertencimentos compartilhados unindo aqueles que não foram reconhecidos (GOHN, 2014).

E as próprias identidades são moldadas pelo reconhecimento ou pela ausência de tal, e por este depender da relação com os outros, muitas vezes também são reconhecidos erroneamente, o que pode gerar novos conflitos, como afirma Charles Taylor (1998), e o reconhecimento ou não de certas identidades pode depender do padrão e cultura hegemônica, o que afeta o indivíduo que muitas vezes se autodeprecia, sendo esse um dos mais fortes instrumentos de opressão (TAYLOR, 1998). Segundo Maria da Glória Gohn (2014) ao analisar os trabalhos de Honneth, o reconhecimento seria uma luta pela ampliação dos direitos, e os movimentos sociais irão surgir a partir dessas relações de conflitos vindas pelo não reconhecimento, sendo assim parte da luta por reconhecimento.

Nancy Fraser (2001) parte da mesma base crítica de Honneth (2003) e percebe de fato a luta por reconhecimento como a que se tornou paradigmática no conflito político desde o fim do século XX, de uma certa forma fazendo com que a luta por reconhecimento no campo cultural (em sentido amplo) teria

suplantado a luta pela redistribuição econômica. Porém, Fraser (2001) vai além ao dizer que na realidade todas as lutas por reconhecimento (passando entre a questão de gênero, raça, diversidade e cultura) na realidade nunca estão sozinhas, e elas são amplificadas por conta da desigualdade econômica, nesse sentido, ela observa que as lutas mais recentes na realidade devem fazer uma relação entre a luta por reconhecimento e a luta por redistribuição ao mesmo tempo. Nesse caso afirma:

Em vez de simplesmente endossar ou rejeitar toda a simplicidade da política de identidade, devemos encarar isso como uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, uma teoria que identifique e defenda apenas versões da política cultural da diferença que possa se coerentemente combinada com a política social de igualdade (FRASER, 2001, p. 246).

Nesse sentido, a autora não nega a importância e as bases da “luta por reconhecimento” trabalhado por Honneth (2003), mas as ampliam para se relacionarem pela luta por redistribuição, pois na realidade estas duas se intensificam e se aprofundam.

Um caso específico de luta social começou no fim de 2015, quando o então Governo do Estado de São Paulo² tentou impor uma reorganização do ensino estadual onde seriam fechadas mais de 90 escolas e milhares de salas de aula por todo o Estado. Juntamente com isso, um processo de mobilização começou a surgir a partir da expressão de indignação em páginas do Facebook e de grupos de Whatsapp, além do cotidiano de muitas escolas estaduais do estado de São Paulo. A partir desses acontecimentos, muitos jovens alunos percebiam que havia uma indignação compartilhada e assim surgia um movimento, como afirma Pablo Ortellado no prefácio do Livro *Escolas de Luta* (M. CAMPOS; MEDEIROS; M.RIBEIRO, 2016).

Um movimento que surgiu como um conflito local – protestos contra as diretorias – e que logo se fortaleceria com protestos nos bairros e posteriormente nas regiões centrais, reunindo cada vez mais escolas, culminou no que viria ser as ocupações das escolas estaduais de São Paulo. Este um movimento que atingiu mais de 200 escolas em todo o estado e que conseguiu uma vitória considerada uma das mais importantes derrotas da carreira política de Geraldo Alckmin como governador (ORTELLADO, apud. M. CAMPOS; MEDEIROS; M.RIBEIRO, 2016).

É a partir da noção da Luta por Reconhecimento que esse artigo analisará o movimento de ocupações das escolas ocorrido no fim de 2015 por alunos paulistas das escolas estaduais – depois estendidos para diversos outros estados – e evidenciando essas especificidades nesse movimento social.

A luta por reconhecimento para Axel Honneth

Retornando aos clássicos da ciência política europeia, Axel Honneth em “Luta por Reconhecimento”, de 2003, coloca que a vida social é definida, em seu conceito fundamental, como uma relação de luta por autoconservação. Dentro da perspectiva de Honneth (2003) sobre reconhecimento, é colocado que a sociedade é desenvolvida a partir de lutas por reconhecimento, e por que, então os sujeitos lutam por isso? A partir dessa questão vê-se a necessidade de se analisar os sujeitos. Assim, o autor (2003) de fato se debruça tanto em Hegel quanto em Mead, chamando a atenção para a dinâmica conflituosa da sociedade, ou melhor, a sociedade é transformada a partir dos conflitos sociais, e esses não são necessariamente egoístas. É nessa questão que Honneth (2003) traz a moralidade, pois assim se observa que as pessoas lutam por algo que veem como uma ofensa moral. Para o filósofo (2003) tanto Mead quanto o jovem Hegel tem coincidências nas partes essenciais como o fato de “(...) fazer da luta por reconhecimento o ponto referencial de uma construção teórica que deve explicar a evolução moral da sociedade” (*Ibidem*, 2003, p.125).

Para Axel Honneth (2003), com os meios constitutivos da psicologia social de Mead, foi possível dar à teoria hegeliana de luta por reconhecimento uma parte mais “materialista”, assim, o autor diz:

(...) a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. No entanto, uma tese relevante para a explicação disso só resulta dessa premissa geral se nela é incluído um elemento dinâmico: aquele imperativo ancorado no processo da vida social que opera como uma coerção normativa, obrigando os indivíduos à delimitação gradual do conteúdo do reconhecimento recíproco visto que só por esses meios eles podem conferir uma expressão social às pretensões de sua subjetividade que sempre se regeneram. Nesse sentido, o processo da individuação, discorrendo no plano da história da espécie, está ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo. (...). São as lutas

moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de reconhecimento recíproco, aquilo por meio da qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades (*Ibidem*, 2003, p.155-156).

Ibidem (2003) coloca, então, que Hegel deu o passo ao desenvolvimento da teoria do reconhecimento como modelo de conflito de forma idealista, enquanto Mead trouxe para o que pode se chamar de “materialidade”, ou seja, a partir dessa interpretação é onde se pode transformar uma força estruturante na evolução moral da sociedade.

Segundo Honneth (2003), existem três padrões de reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade. Mas, de forma geral, o mais importante para o autor é a questão das manifestações de reconhecimento recíproco. Dentro dessa questão, o “reconhecimento jurídico” seria aquele em que todo ser humano, sem distinção, seria reconhecido como igual com fim em si; enquanto que para o “reconhecimento social” o “valor” de um indivíduo será “(...) na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios de relevância social” (*Ibidem*, 2003, p.184).

No entanto, para que se possa chegar a uma auto-relação infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, da estima social que lhes permita referir-se de forma positiva sobre suas propriedades e capacidades concretas (*Ibidem*, 2003). Assim, para o autor (2003) o conceito de “eticidade”, trazido pelos escritos de Hegel de Jena, é semelhante à relação de reconhecimento próprio da estima mútua.

A base do reconhecimento social para Honneth (2003) então, parte da criação de integridade, e sem o reconhecimento, a pessoa vai se rebaixando socialmente e psicologicamente. Para se alcançar essa integridade para o reconhecimento social, é preciso que o sujeito passe pelas três esferas, ou das três diferentes formas de desrespeito, que seria a esfera do afeto, ou seja, da autoconfiança; a esfera do respeito, ou seja, do auto-respeito, e o da solidariedade/estima, ou seja, o que traz a autoestima (*Ibidem*, 2003). Essas três esferas trazem as formas particulares de auto-realização do indivíduo.

Atualmente, então, Honneth (2003) coloca que a reputação social dos sujeitos é medida pelas realizações individuais que se apresentam socialmente nas suas formas particulares de auto-realização, ou seja, a partir de seu

“sentimento de próprio valor”; de “auto-estima”, “autoconfiança” e “auto-respeito”, assim: “Na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social” (*Ibidem*, 2003, p.210), solidariedade essa de reconhecimento e de estima mútuas.

Dentro de uma perspectiva bastante relacionada com Honneth, Taylor (1998) coloca que a exigência de reconhecimento assume caráter de urgência com os supostos vínculos entre reconhecimento e identidade, “em que ‘identidade’ designa algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos” (TAYLOR, 1998, p.240). A tese, então, é de que nossa identidade é moldada pelo reconhecimento ou então pela sua ausência, assim “[o] não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo pode causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora” (*Ibidem*, 1998, p.241). O exemplo trazido pelo autor (1998) sobre esses conflitos é o das dores de pouco auto-estima em muitas mulheres e negros, levando muitas vezes a uma autodepreciação, o que chega a ser uma das mais fortes armas de opressão.

A primeira tarefa trazida por Taylor (1998) é o de se livrar dessas identidades destrutivas impostas, consideradas também como reconhecimento errôneo, – principalmente àqueles grupos ditos subalternos – e que, como dito anteriormente, pode levar a terríveis feridas, aprisionando as vítimas em paralisadores ódios sobre si mesmos. Assim, o reconhecimento surge como algo que não devemos dar aos outros por cortesia, mas por ser uma necessidade humana vital (*Ibidem*, 1998).

Segundo Charles Taylor (1998) a noção de reconhecimento se modificou e se intensificou com a nova compreensão de identidade individual surgida no fim do Século XVIII, ou seja, uma maior “autenticidade” de cada um. Nessa perspectiva, coloca Taylor (1998), o sentido moral vai se tornando fundamental, ou seja, vamos vendo-nos cada vez mais como seres com profundidades interiores.

Tal autor (1998) afirma que uma característica primordial da vida humana é o seu caráter fundamentalmente dialógico, ou seja, nos reconhecemos

como pessoas plenas e conseguimos definir nossa identidade a partir de ricas linguagens humanas de expressão, que são aprendidas por meio de intercâmbios com outras pessoas. Ou seja, não adquirimos por nós mesmos as linguagens que nos autodefinem, são os intercâmbios que nos apresentam elas, assim, não somos monológicos e sim dialógicos (*Ibidem*, 1998). Então, coloca Taylor (1998), a minha identidade irá depender das minhas relações dialógicas com os outros, demonstrando nossa dependência em relação a estes. Hoje, então, a importância do reconhecimento já é universalmente reconhecida, afirma o filósofo (1998).

Neste mesmo sentido, ao analisar o plano social, Charles Taylor afirma: “O reconhecimento igual não é somente a modalidade apropriada a uma sociedade democrática saudável. Sua recusa pode, de acordo com uma disseminada visão moderna (...) infringir danos àqueles a quem é negado” (*Ibidem*, 1998, p.249). Ou seja, a projeção de uma imagem negativa sobre as pessoas pode a oprimir a medida que esta vai internalizando-a (*Ibidem*, 1998).

De forma geral, Taylor (1998) coloca que o discurso do Reconhecimento tornou-se familiar a nós em dois níveis, o primeiro foi o da esfera íntima, ou seja, a partir da identidade e do *self*, que ocorrem num contínuo diálogo e luta com outros significados; e o segundo é o da Esfera Pública, ou seja, quando vemos as políticas de reconhecimento ganhando um papel cada vez maior, principalmente em políticas de universalismo, mais especificamente, de igual dignidade a todos e da equalização de direito e privilégios, assim evitando a existência de cidadãos de primeira e segunda classe. O filósofo (1998) ao longo de seu trabalho trata da importância do Multiculturalismo, colocando que para isso é preciso reconhecer o igual valor de diferenças culturais, porém, não apenas deixar que elas sobrevivam, mas de fato reconhecer o valor de cada uma delas.

Mesmo com algumas importantes diferenças entre o debate sobre o reconhecimento por Honneth e Taylor, já que este se foca mais na questão identitária e de uma perspectiva do multiculturalismo, ambos colocam a questão do reconhecimento como centrais nas lutas sociais, referem-se à necessidade de uma reciprocidade nessas relações, além de focarem na importância de se estimar o outro (HONNETH, 2003) ou de reconhecer o valor do outro (TAYLOR, 1998).

Retomando a questão da luta por reconhecimento, especificamente em relação à questão dos conflitos sociais, Honneth (2003) observa que nem em Hegel e nem em Mead havia se encontrado alguma menção de como a experiência de desrespeito social poderia motivar um sujeito a entrar num conflito de fato. Para isso, faltava o elo psíquico que conduziria o mero sofrimento a uma ação à altura. O autor (2003) então defende a tese que é preciso haver reações emocionais negativas que constituem vergonha ou ira em relação ao desrespeito, e isso vem da necessidade do humano sobre suas experiências de reconhecimento e sem isso começam a surgir possibilidades de conflitos sociais.

De forma mais específica, Honneth (2003) afirma que nem todas as três esferas de reconhecimento contém em si, de modo geral, o tipo de tensão moral que pode estar em condições de se pôr em marcha social. Assim, “[u]ma luta só pode ser caracterizada de ‘social’ na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (*Ibidem*, 2003, p.246).

Os motivos de resistência e rebelião, na visão deste autor (2003), formam-se a partir de experiências morais que surgem pela infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigados. Assim,

tais expectativas estão ligadas na psique às condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo autônomo e individualizado; se essas expectativas normativas são desapontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito (*Ibidem*, 2003, p. 258).

Sentimentos de lesão nesse sentido só se tornam base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito tem a capacidade de se articular num quadro de interpretação intersubjetiva que se comprova como típicas de um grupo todo. Assim surgem os movimentos sociais que dependem da existência de uma semântica coletiva (*Ibidem*, 2003). Dessa forma, coloca Honneth (2003), as experiências de desrespeito que antes eram desagregadas e elaboradas de forma privada, tornam-se motivo para uma luta coletiva por reconhecimento. Para o autor (*Ibidem*, 2003, p. 260) “Do que foi dito até aqui, parece resultar agora a ideia de que todos os confrontos sociais e todas as

formas de conflito seriam constituídos em princípio segundo o mesmo modelo de uma luta por reconhecimento”.

Partindo então do plano social com base no reconhecimento, trazido tanto por Taylor (1998) quanto por Honneth (2003), vê-se, depois de se aprofundar nas noções de reconhecimento feitas por Mead e Hegel (HONNETH, 2003), que essas perspectivas hoje, além da base intersubjetiva dos sujeitos, focam-se nas ações recíprocas de reconhecimento entre os sujeitos. Além disso, a falta de reconhecimento – ou ofensa/desrespeito –, como afirma Honneth (2003), gera um sentimento negativo no sujeito, e quando se percebe que existem outros sofrendo dessa mesma falta de reconhecimento, é possível, a partir daí, criar-se uma consciência coletiva que dá motivação para a ação, que seria a luta por reconhecimento. Dessa forma, como bem coloca Axel Honneth (2003), é possível interpretar todo ato coletivo de resistência e rebelião a partir de uma origem de experiências morais no campo do reconhecimento e do desrespeito.

Luta por reconhecimento no caso das ocupações das escolas

Segundo Pablo Ortellado no prefácio do livro “Escolas de Luta” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), no fim de 2015 a partir de redes sociais virtuais, e dentro das próprias escolas, percebia-se uma expressão de indignação por conta de um novo projeto do governo estadual de São Paulo. O projeto iria impor sobre a população uma “reestruturação” das escolas, resultando no fechamento de pelo menos 90 delas. Tal expressão de indignação com o tempo foi sendo percebida como algo não somente individualizado de cada sujeito afetado, mas uma expressão cada vez mais compartilhada.

Apenas observando essa primeira parte das mobilizações dos secundaristas, já é possível ver algumas das passagens defendidas por Axel Honneth (2003), pois os alunos, por se sentirem desrespeitados – e inclusive não reconhecidos como atores sociais relevantes (ORTELLADO, 2016; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; TORI, 2021) – ao perceberem que essa sensação não era individualizada, mas compartilhada, começaram a se juntar e ter forças para construir mobilizações – conflitos sociais – para mudar a situação. Ou seja, de uma sensação de não reconhecimento e de não respeito de

forma inicialmente individual, a luta por reconhecimento foi percebida de maneira coletiva, levando de fato a esta luta social específica. É interessante acrescentar a isso, como coloca Ortellado (2016), que os estudantes de fato conseguiram romper o isolamento individualista do cotidiano das escolas para criarem essa nova sociabilidade dentro do processo de luta, ou seja: “Uma sociabilidade baseada na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público” (ORTELLADO, 2016).

Importante frisar que os protagonistas dessa história são os estudantes do Ensino Médio e do Fundamental II das escolas estaduais de São Paulo. Estudantes em grande medida excluídos por viverem nas periferias do estado, por serem jovens e um percentual importante de pardos ou negros e muitas garotas nas lideranças (ALEGRIA, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; TORI, 2021). Todos esses aspectos podem aprofundar desigualdades e que, portanto, já seriam material base para a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003). Porém, foram eles, com suas próprias armas de comunicação e organização, que conseguiram criar um movimento que repercutiu não só todo o estado, como no resto do país (posteriormente houveram ocupações importantes no Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul) como até mesmo pelo mundo com reportagens, artigos e inclusive ocupações (caso do Peru e Itália) (TORI; HOMMA; FIACADORI, 2020).

Foi no dia 23 de setembro de 2015 que o então Secretário da Educação do estado de São Paulo, Herman Voorwald, anunciava que haveria a transferência de pelo menos um milhão de alunos da rede pública estadual para que fossem divididos em ciclos. O anúncio foi feito juntamente com os grandes meios de comunicação. Assim, quando a proposta foi feita, não havia acontecido nenhum debate com a população, nem mesmo com os que seriam diretamente afetados (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). A única coisa que foi prevista é que no dia 14 de novembro a comunidade afetada poderia tirar suas dúvidas sobre o processo que já seria efetivado. A partir de tal ação do poder institucional do governo de São Paulo, foi consagrada sem rodeios o não reconhecimento dos estudantes e de toda comunidade escolar como atores fundamentais da política educacional do estado.

Como colocado por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), a grande maioria dos estudantes só ficaram sabendo dessa “reorganização” pela mídia ou por

boatos, ou seja, além de ser uma imposição, foi algo feito de surpresa, não os considerando como relevantes para o debate, os subalternos na conceituação de Spivak (2010). Segundo os autores, existiam alunos que só ficaram sabendo da proposta com as próprias ocupações. O processo foi feito de forma informal e sem transparência (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Uma das primeiras atitudes tomadas pelos alunos a partir dessa indignação compartilhada foi a criação de uma página no Facebook chamada “Luta Pela Educação”, feita por alunos da Escola Estadual Carlos Gomes em São Miguel Paulista (Zona Leste de São Paulo). Com o tempo muitos alunos foram usando essa página para discutirem a situação e providências que seriam tomadas (*Ibidem*, 2016). No dia seguinte do anúncio do Secretário da Educação, muitas hashtags já estavam fortes nas redes sociais, como: #NossoCarlão, #AEscolaÉNossa, #NóisQueManda, etc. Na própria página, que tinha crescente número de seguidores e participantes, tinha diversos depoimentos, onde chamavam a escola de casa, lar e família, algo que ficaria marcado nas mobilizações de rua e nas posteriores ocupações das escolas (*Ibidem*, 2016). A percepção de uma indignação coletiva e a posterior explanação disso nas redes sociais foi um dos primeiros passos dessa luta por reconhecimento feito pelos estudantes.

Em uma outra página do Facebook, criada pela Escola Estadual Maria José, foram publicados alguns depoimentos de estudantes inclusive dizendo que antes detestavam a escola, principalmente pelo seu ambiente opressor, porém, com as ocupações, começaram a criar esse amor, carinho e observar a necessidade de uma escola diferente, mas totalmente contrária ao programa de reorganização do estado (*Ibidem*, 2016). A página da Escola Estadual Carlos Gomes continuava a crescer, começaram a mostrar fotos dos problemas da escola, da escola parada para organizarem uma assembleia, e cada vez ganhavam mais visibilidade (*Ibidem*, 2016).

O processo de mobilização das escolas crescia de forma acelerada, tanto no interior do Estado quanto em todas as regiões da cidade de São Paulo e cidades à sua volta (TORI, 2021). Alunos se juntavam para fazer passeatas pelas ruas, desde as mais locais, nas proximidades de suas escolas, até as mobilizações nos centros (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Assim como visto nos trabalhos de Honneth (2003), quanto mais percebiam a força da indignação

coletiva, mais o movimento crescia. Segundo Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) podia já se considerar como um verdadeiro levante, pois na primeira semana foram 40 mobilizações, sendo que na semana seguinte dobrou.

A percepção de luta já não era mais individualizada e nem compartilhada somente com os colegas mais próximos, os alunos adquiriram uma visão mais abrangente da ação, como pode ser visto em um dos vídeos postados pela página de Facebook da Escola Estadual Prof. João Cavalheiro Salem no dia 29/09 quando um aluno diz: “Não estamos aqui lutando por uma escola só, e sim por todas as escolas da região” (apud. CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Pode se ver o reconhecimento coletivo de tal luta.

Nas redes a luta foi crescendo cada vez mais, com novas páginas das escolas específicas, com a atuação forte da página “O Mal Educado” e com a criação da página “Não Fechem a Minha Escola”, além, é claro, dos coletivos independentes de jornalismo e movimentos sociais e muitas *hashtags* novas chegaram para as mais diversas pessoas nas redes sociais (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; TORI; HOMMA; FIACADORI, 2020).

Mesmo com todas essas mobilizações nas ruas das mais diversas cidades do estado, com o crescente número de alunos e pessoas de fora envolvidas, nem as diretorias e nem o Governo Estadual mostravam que realizariam qualquer mudança na reestruturação. Nesse momento, depois de ser divulgado a versão traduzida (feita pela página “O Mal Educado”) do manual “Como Ocupar Sua Escola” produzida pelos estudantes chilenos em 2006 na chamada “Revolução dos Pinguins”, a necessidade de ocupações das escolas se fortaleceu entre os secundaristas (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Isso é o que podemos ver na entrevista com um dos alunos da Escola Estadual Diadema, na cidade de Diadema na Grande São Paulo, quando diz: “(...) nós fizemos muitas coisas antes da ocupação, só que não houve retorno e aí que surgiu a ideia da ocupação...” (apud. *Ibidem*, 2016, p.54).

A ideia da ocupação então veio por força das conversas entre diversos estudantes em um grupo do *Whatsapp* depois de lerem o Manual traduzido. Segundo o próprio manual: “Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado” (apud. *Ibidem*, 2016, p.56). E foi o que de fato aconteceu no dia 09 de

novembro, quando a Escola Estadual Diadema foi ocupada e logo no dia seguinte a tradicional escola Fernão Dias na cidade de São Paulo, também amanheceu ocupada.

Rapidamente essas escolas iam sofrendo repressões da Polícia Militar, pressões das diretorias, etc. Mas logo já começaram a ter apoiadores da sociedade no entorno das escolas, que se juntavam para fazer vigília durante a noite para garantir a segurança dos alunos (*Ibidem*, 2016). Os estudantes prezavam por organizações horizontais, criavam comissões que se revezavam, e sempre se organizavam a partir de assembleias (*Ibidem*, 2016). As pressões e violência por parte das forças do estado aumentavam, mas os alunos e os apoiadores sempre estavam preparados com suas câmeras, celulares e prontos para postarem nas redes sociais, a organização em rede, direta e em tempo real dava grandes respostas às tentativas de intimidação (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; TORI, 2021).

Depois da primeira semana de sucesso das ocupações, ninguém imaginava as proporções que chegariam na semana posterior, que de fato ocorreu como “viralização” por todo o estado. Na metade de novembro de 2015 o crescimento foi da ordem de mais de 80%, com uma média de 8,2 escolas ocupadas por dia durante esse período (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). De fato com o tempo as ocupações foram passando por problemas: mais violências, mais pressões, etc. Porém, diante das dificuldades, mais disposição os alunos tinham para a resistência (*Ibidem*, 2016).

A vivência nas ocupações era intensa, a organização horizontal era bastante relevante neste sentido, mas sempre apareciam dificuldades, e cada vez mais esses estudantes criavam laços afetivos firmes entre os diferentes ocupantes, além de importantes interações e intercâmbios com diferentes escolas (*Ibidem*, 2016). A escola era de fato reapropriada e cuidada pelos seus alunos durante esse período, era criada uma noção mais intensa de pertencimento tanto concreto quanto simbólico com aquele local, como afirmam os autores. Pode-se perceber que toda essa construção afetiva tanto entre os estudantes quanto entre os apoiadores e até mesmo a escola em si, são partes fundantes de uma luta por reconhecimento na perspectiva de Honneth (2013).

Os estudantes continuavam a sofrer com difamações feitas pelos próprios governantes e pela mídia hegemônica, que ainda os chamavam de “invasores” e “depredadores” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Porém, os estudantes foram percebendo com cada vez mais força um apoio moral, que eles consideravam essencial para a continuação de sua resistência e isso foi demonstrado de fato quando uma pesquisa do Datafolha mostrava que mais da metade da população dos paulistas (59%) eram contrárias a “reorganização” escolar, e assim muita gente da sociedade civil, como até mesmo intelectuais, professores universitários e artistas começavam a demonstrar apoio (*Ibidem*, 2016).

No dia 04 de dezembro a Rádio Jovem Pan anunciava que o governo estava revogando o decreto do processo de “reorganização” escolar, mas por ser um pronunciamento bastante ambíguo, os estudantes ficaram desconfiados. Somente com a publicação no Diário Oficial no dia 05 de dezembro sobre a revogação que os estudantes ficaram mais confiantes com a ação (*Ibidem*, 2016). Nesse período começaram a perceber que as ocupações conseguiram de fato atingir sua função, mas continuariam nas ruas por mais reivindicações, a luta não acabava por ali.

O que se percebeu ao longo desse processo, é que uma ação bastante autoritária vinda do poder estadual tentou uma “reorganização” escolar, mas diante de sensações morais e individuais de desafeto e de falta de um reconhecimento como ator social – que foi sendo compartilhada com os colegas e os mais diversos estudantes por todo o estado – começou a gerar uma indignação que se juntou para uma luta por maior reconhecimento (HONNETH, 2003) e que de fato conseguiram uma força e um resultado inédito de revogação de uma ação a partir das manifestações de indignação dos afetados e dos apoiadores. O processo foi complexo e com muitos percalços, mas também com transformações fundamentais para os que participaram ativamente dele, é o que pode ser visto na fala desse participante que na época estudava em uma das escolas ocupadas de Guarulhos:

Você muda uma relação estrutural de autoritarismo dentro da sala de aula, e de sucateamento da educação, no sentido de colocar o aluno como sujeito. Como maquinista de sua própria história. A partir disso ele tem consciência dele como sujeito, como ser, apesar de ser uma visão burguesa, uma questão de sujeito de direito, um sujeito que as suas ações revelam

resultados no mundo. O que eu faço gera algo. Acho que uma visão um pouco desse tipo, uma visão coletiva. Então foi sem dúvida essencial para quem participou assim. Eu mesmo sofri naquele período, foi difícil, muitas vezes angustiante, cansativo, mas hoje sem dúvida foi uma lição esplêndida (ENTREVISTA 6, apud. TORI, 2021, p. 17).

Conclusão

Como bem colocada na publicação “Escolas de Luta”, mesmo depois de comemorarem a vitória em relação à “reorganização”, a descoberta que esses estudantes tiveram durante esse processo de ocupação, com a força e capacidade como sujeitos, os deram desejo e disposição para uma luta pelo direito de uma educação pública de qualidade de formas mais amplas e contínuas (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Como colocado por um entrevistado que participou das ocupações em 2015:

Foi algo bizarro que mudou o jeito como eu me olho hoje e que é totalmente baseado no que foi a ocupação. Acho que, sei lá, as ocupações ajudaram a gente a se enxergar, e acho que é o papel da educação, que é o de ajudar a pessoa a se entender, se enxergar, se colocar no mundo como ela se identifica... (ENTREVISTA 2, apud. TORI, 2021, p. 112).

Ou, talvez, até mesmo se reconhecer de fato.

Percebe-se então que a noção de reconhecimento foi uma das bases para essa luta, uma indignação que veio pelas ofensas individuais de cada sujeito e que juntos formaram uma grande força, uma luta social com resultados efetivos. Esse reconhecimento também foi claro na questão identitária (TAYLOR, 1998), pois grupos LGBTQIA+ e feministas ficaram muito mais fortes e foram muito mais respeitados durante o processo de ocupações, muitos estudantes chegaram a confirmar que a partir desses conhecimentos foram se desconstruindo de seus preconceitos anteriores (ALEGRIA, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Outros resultados menos diretos foram como influência, já em dezembro, quando São Paulo começava suas desocupações e estudantes goianos começavam suas ocupações; o mesmo aconteceu com a intensificação de protestos de rua e posterior ocupações de escolas no Rio de Janeiro; Além disso, os estudantes de São Paulo começaram a participar ativamente de diferentes lutas em São Paulo, como a contra o aumento das passagens de transportes; ou mesmo da tentativa velada de reorganização das escolas ao longo de 2016 com o

fechamento de muitas salas; e a luta contra a máfia da merenda, que teve inclusive uma importante ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALEGRIA, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; TORI; HOMMA; FIACADORI, 2020; TORI, 2021;).

Dessa forma, os resultados dessas lutas já foram perceptíveis logo no início do ano letivo seguinte, com grêmios horizontalizados, sem vinculação com partidos políticos e instituições burocráticas; alteração na dinâmica das salas de aula e pais e alunos se sentindo mais empoderados na cobrança e controle da atuação das direções das escolas (ORTELLADO, 2016) – ou seja, resultados claros de um reconhecimento após lutas pelo reconhecimento. O reconhecimento que resultou nesse maior empoderamento também extrapolou os muros das escolas quando se viu que ao longo do processo de ocupações grande parte da população apoiava os alunos e o grande número de intelectuais e artistas que participaram e ajudaram os secundaristas ao longo das ocupações. Ou seja, além de mobilizarem milhares de estudantes dentro de processos democráticos reais, conseguiram atrair apoio de diversos setores e uma grande vitória em reverter o fechamento das escolas, trocar o secretário da educação e derrubar a popularidade do governador (*Ibidem*, 2016).

Referências

ALEGRIA, Paula. “Lute Como Uma Mina!”: Gênero, sexualidade e práticas políticas em ocupações de escolas públicas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero: 13º** Mundos de mulheres & Fazendo Gênero 11 - Transformações, conexões, deslocamentos. Anais eletrônicos, Florianópolis, 2017.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; M. RIBEIRO, Márcio. **Escolas de Luta**. Coleção Baderna, São Paulo: Ed. Veneta, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Tradução de Márcia Prates. Brasília: UnB, 2001.

HONNETH, Axel. **Luta Por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ORTELLADO, Pablo. Prefácio. In: CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; M. RIBEIRO, Márcio. **Escolas de Luta**. Coleção Baderna, São Paulo: Ed. Veneta, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1ª ed., 2010.

TAYLOR, Charles. A Política de Reconhecimento. In: **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TORI, Lucca Amaral; HOMMA, Luana Hanaê Gabriel; FIACADORI, Giuliana. Coletivos e o Uso das Redes: o caso das ocupações das escolas em São Paulo em 2015. **Simbiótica**. Vitória, v.7, n.3, jul-dez. 2020. pp. 98-134.

TORI, Lucca Amaral. **Ocupações, o uso de tecnologias de Informação e Comunicação e a Construção de Redes no Movimento Secundarista de São Paulo em 2015**. Dissertação de Mestrado no Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2021.